



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA Dr. LUÍS MAURÍLIO DA SILVA DANTAS
N.º do Código do Estabelecimento de Ensino 3102-203

Relatório de Gestão | 2024

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. LUIS MAURÍLIO DA SILVA DANTAS

FUNCIONAMENTO NORMAL

Handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luís Maurílio da Silva Dantas'.

Situação Financeira.....	30
Balanço.....	30
Lançamentos de abertura do exercício.....	31
3.3 Proposta de aplicação de resultados	31



termos de análise e de avaliação da execução financeira, na ótica da contabilidade orçamental e financeira.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Básica e Secundária Dr. Luis Maurílio da Silva Dantas é um organismo público, dotado de autonomia administrativa tendo como missão a educação e formação.

Estatui o artigo 46.º do Orçamento da RAM para 2024 que durante o ano de 2024, ficam suspensos os fundos escolares previstos nos artigos 31.º a 34.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2000/M, de 31 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, de 21 de junho, nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário da Região Autónoma da Madeira”, neste caso na Escola Básica e Secundária Dr. Luis Maurílio da Silva Dantas. A fusão por incorporação existe quando uma ou mais entidades, com extinção da sua personalidade jurídica, passam a fazer parte integrante de uma outra, que assume a totalidade dos direitos e obrigações das incorporadas.

2.2 IDENTIFICAÇÃO

Designação: Escola Básica e Secundária Dr. Luis Maurílio da Silva Dantas

Número de Identificação Fiscal: 671001256

2.3 LOCALIZAÇÃO

Morada: Rua Joaquim Pestana Júnior nº 02, 9300-145 Cª de Lobos

Telefone: 291 649 100

E-mail: ebscarmo@edu.madeira.gov.pt

Classificação Orgânica: Funcionamento Normal 43 0 01 07 18

Investimento 43 9 50 07 18

Técnicos Superiores	3
Técnicos de Sistemas e Tecnologias de Informação	2
Coordenador Técnico	1
Encarregado Operacional	1
Assistente Técnicos	16
Assistentes Operacionais	36
Técnicas de Apoio à Infância	2

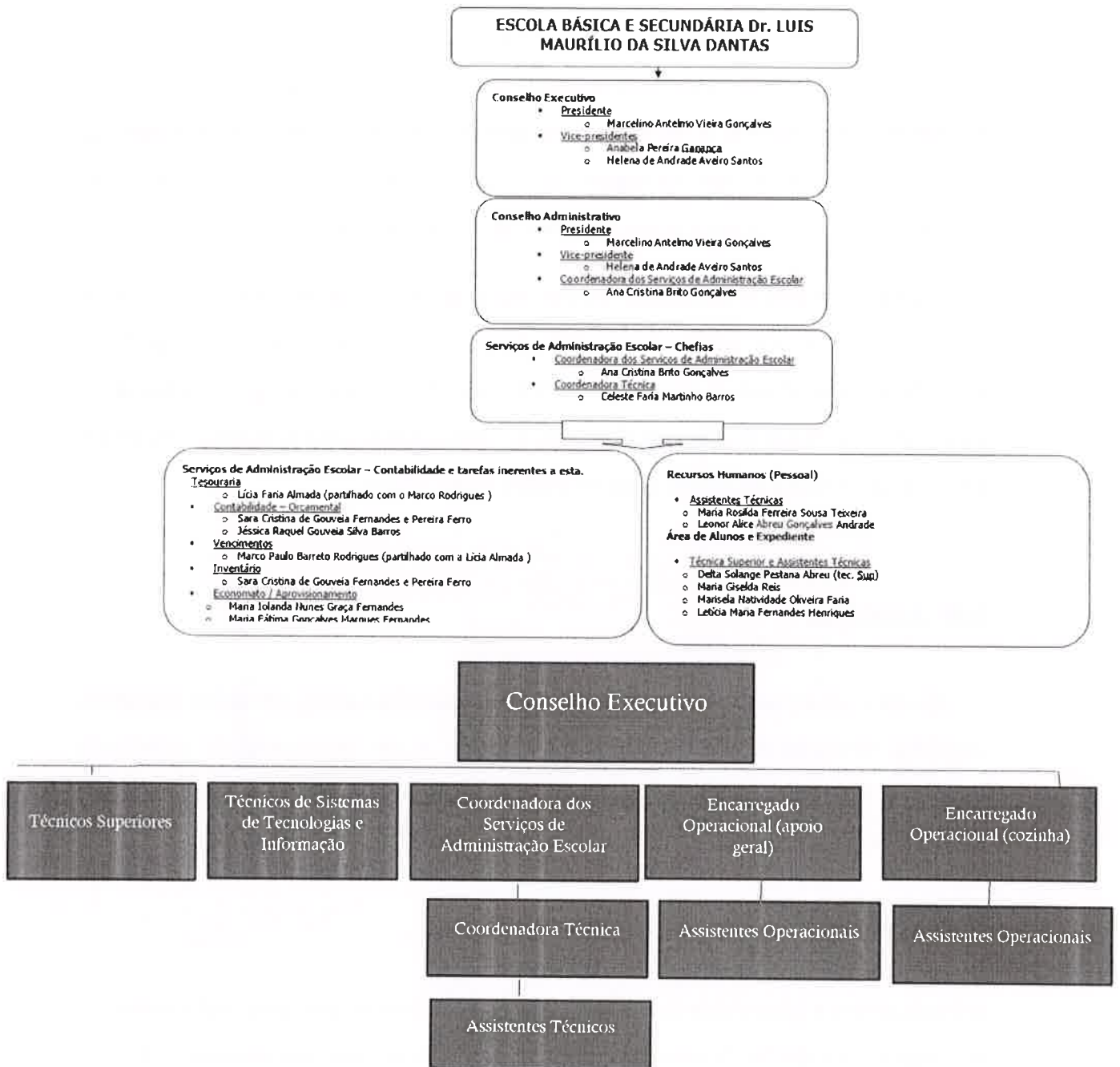
De acordo com o **Quadro 2**, verifica-se que o pessoal docente (68.4%) juntamente com os técnicos superiores (1.6%) representam 70%, o que significa que a Escola Básica e Secundária Dr. Luis Maurílio da Silva Dantas, na sua maioria é constituído por pessoal com elevada competência técnica.

Este quadro apresenta a distribuição dos colaboradores pelas diversas unidades que constituem Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas

2.8 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O organigrama da escola compõe-se dos órgãos de direção administração e gestão, estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras, segundo o esquema seguinte:

O organograma da Escola incluindo os órgãos de natureza consultiva e de fiscalização



2.9 Missão

A Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio Silva Dantas, tem por missão criar condições de promoção de sucesso educativo a todos os alunos de forma livre e autónoma alicerçada em valores morais, éticos e culturais.

Em termos de missão, temos como objetivo educar e formar pessoas e cidadãos, atendendo à individualidade de cada aluno, otimizando o seu desenvolvimento

Handwritten signature and scribbles in blue ink.

A escola centra-se em ser reconhecida como uma instituição que promove o sucesso académico e profissional dos seus alunos, dando uso às novas tecnologias e recurso a material didático para os alunos com algumas necessidades educativas especiais, reforçar a qualidade de ensino, a fim de combater o absentismo e o abandono escolar, assim como ter as famílias informadas sobre o percurso escolar dos seus educandos, de modo a que possamos caminhar no mesmo sentido, presenteando o melhor para cada estudante.

.Valores

Competência - valorização dos melhores, quando estes, pelas suas atitudes e desempenho, promovem a valorização do coletivo, potenciando a melhoria contínua do serviço prestado à comunidade - Exigência - promoção de uma atitude de rigor, considerada como condição necessária para o desenvolvimento pessoal e profissional de cada um.

Espírito de equipa – respeito pela dignidade individual de todos os membros da comunidade educativa, associado a comportamentos de partilha e entreaajuda - Responsabilidade – assunção dos deveres e direitos inerentes ao serviço comunitário público prestado e na realização das tarefas individuais e coletivas.

Integridade – estabelecimento de relações interpessoais de confiança e colaboração, processo fundamental num serviço educativo de qualidade - Inovação – implementação de novos métodos e técnicas educativas, administrativas e de gestão essenciais ao eficiente funcionamento da escola.

2.12 ESTRUTURA INTERNA DA ESCOLA

Através do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M e do regulamento interno, foram aprovados os estatutos da Escola definindo-se a sua estrutura interna, as competências dos seus órgãos, serviços e o respetivo modo de funcionamento.

A organização interna dos serviços da escola obedece ao modelo de estrutura, constituída por Conselho da Comunidade Educativa, Conselho Executivo, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo.

- m) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou director e adjuntos;
- n) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

O Conselho da Comunidade Educativa de acordo com a legislação em vigor é constituído por dezassete elementos:

Designação	Nº de participantes
Presidente do Conselho da Comunidade Educativa	1
Presidente do conselho executivo	1
Presidente do conselho pedagógico	1
Representante de Pessoal docente	6
Representante serviços de psicologia e orientação vocacional	1
Representantes do pessoal não docente	2
Representantes de Associação de Pais	2
Representante da polícia da segurança pública	1
Representante da autarquia	1
Representante do centro de saúde	1
	Total = 17

O presidente do conselho executivo e o presidente do conselho pedagógico participam nas reuniões, sem direito a voto.

Conselho Executivo

Conselho Executivo da escola é o órgão de gestão da escola nas áreas pedagógica, cultural, administrativa e financeira e é assegurado por um órgão colegial.

O Conselho Executivo é constituído por 3 elementos, 1 presidente e 2 Vice-presidentes.

Para além das competências previstas na lei, compete ao conselho executivo:

- Autorizar a entrada na escola de pessoas não pertencentes à comunidade escolar;
- Autorizar a afixação de cartazes e demais informação nos locais designados para o efeito;
- Autorizar a aplicação na escola de qualquer tipo de questionários, análise documental e realização de entrevistas quer a nível interno quer por solicitação de entidades externas;
- Mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes, com base na

m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

Conselho Pedagógico

O Conselho Pedagógico é o órgão de orientação e coordenação educativa da escola, nomeadamente no domínio pedagógico-didático e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente, e compete-lhe o estatuido no artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respectivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projecto educativo da escola, acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o regulamento interno da escola;
- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projecto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;
- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar activamente em actividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;
- k) Propor e colaborar activamente em actividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- l) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou director e adjuntos;
- m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

Handwritten signature in blue ink, followed by a circular stamp containing illegible text.

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo da escola, nos termos da legislação em vigor. Compete ao Conselho Administrativo o estabelecido no artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Aprovar o projecto de orçamento anual da escola;
- b) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- c) Autorizar a realização de despesas e o respectivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira da escola;
- d) Zelar pela actualização do cadastro patrimonial da escola;
- e) Exercer as demais competências que lhe estão legalmente cometidas.

Compete ainda a este órgão:

- Autorizar medidas de apoio à persecução do projeto educativo e do plano anula de escola;
- Deliberar sobre a utilização dos recursos materiais e financeiros disponíveis com vista ao sucesso educativo;
- Elaborar ou rever o regimento interno nos primeiros 30 dias do mandato.

O conselho administrativo é composto pelo presidente do conselho executivo, por um dos vice- presidentes e pelo responsável pela chefia dos serviços administrativos

3 RECURSOS FINANCEIROS

Este capítulo tem como objetivo analisar e reportar os aspetos mais relevantes do desempenho orçamental e financeiro da Escola Básica e Secundária Dr. Luis Maurílio da Silva Dantas no ano económico de 2024. A análise será baseada nas demonstrações financeiras da escola, com destaque para a evolução das suas principais componentes.

3.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Orçamento da receita

Este capítulo tem como objetivo analisar a receita cobrada da Escola Básica e Secundária Dr. Luis Maurílio da Silva Dantas no ano económico de 2024. A análise se

A receita da escola concentra-se basicamente nas receitas correntes, que representam a maior parte dos seus recursos financeiros, com maior evidência nas originárias do esforço financeiro nacional, isto é, as receitas provenientes do orçamento de estado e as receitas provenientes do financiamento da UE.

Relativamente às receitas provenientes do esforço financeiro nacional destacam-se as receitas gerais não afetas a projetos cofinanciados, maioritariamente procedentes do agrupamento económico das transferências correntes das fontes financiamento 311 e 381. A receita originária deste agrupamento económico na fonte de financiamento 311 determinou inicialmente uma previsão no montante global de 7.830.521,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 7.860.278,00 EUR. A receita liquidada deste agrupamento na fonte financiamento 311, foi no montante global de 7.860.264,90 EUR e a receita cobrada no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução significativo de 100,00%.

Relativamente à fonte financiamento 381 inicialmente com uma previsão no montante global de 200.265,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 173.043,00 EUR. A receita liquidada deste agrupamento na fonte financiamento 381, foi no montante global de 167.149,03 EUR e a receita cobrada no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução significativo de 96,59%.

De modo análogo a estas receitas, existem também as receitas com proveniência nas receitas gerais - dotação com compensação, receita da fonte de financiamento 386, com principal relevância para as originárias do agrupamento das vendas de bens e serviços correntes, apresentando uma previsão inicial de 110.221,00 EUR, ao longo do exercício económico passou para previsão corrigida de 123.221,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 114.908,86 EUR de receita liquidada e cobrada. Seguindo-se do agrupamento de outras receitas correntes apresentou uma previsão inicial no montante de 21.000,00 EUR, que passou para previsão corrigida de 7.950,00 EUR e no final do exercício económico apresentou um montante global de 6.510,00 EUR de receita liquidada e cobrada. A categoria das taxas, multas e outras penalidades, apresentando um montante inicial de 400,00 EUR, ao longo do exercício económico esta previsão foi corrigida para 450,00 EUR, e no final do



A execução de despesa está diretamente relacionada com necessidades de funcionamento da escola, decorrente do projeto educativo e plano de atividades da escola, podendo a mesma, ser influenciada de forma positiva pela eficiência dos órgãos de administração e gestão, mas por outro lado, pelo desempenho das estruturas de orientação educativa e estruturas de apoio educativo.

Estrutura e execução da despesa

A despesa executada no orçamento relativo ao exercício de 2024 ascendeu ao montante total de 8.470.312,14 EUR, o que correspondeu a uma taxa de execução orçamental de 98,65% do orçamento corrigido.

Estrutura e execução da Despesa
SIC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

Soma de ABS	DESPESA	Rótulos de Coluna					Estrutura	Execução
		Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Obrigações processadas	Obrigações pagas	Pagamentos do período		
-CORRENTES		8 549 095,00	8 568 999,00	8 453 157,57	8 453 157,57	8 432 369,87	99,80%	98,65%
- Esforço financeiro nacional (OE)		8 162 407,00	8 180 962,00	8 153 548,24	8 153 548,24	8 132 760,54	96,26%	99,66%
- 311	01-GESPESAS COM O PESSOAL	7 830 521,00	7 860 278,00	7 850 254,90	7 850 254,90	7 860 264,90	92,80%	100,00%
- 381	02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	178 533,00	159 557,00	153 565,12	153 565,12	132 877,42	1,81%	96,31%
	03-JUROS E OUTROS ENCARGOS	50,00	39,00	38,92	38,92	38,92	0,00%	99,79%
	04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21 582,00	13 447,00	13 444,99	13 444,99	13 444,99	0,16%	99,99%
- 396	02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	131 121,00	146 791,00	125 494,76	125 494,76	125 494,76	1,48%	85,49%
	06-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	560,00	850,00	639,55	639,55	639,55	0,01%	75,24%
- Financiamento da UE		386 688,00	388 037,00	299 609,33	299 609,33	299 609,33	3,64%	77,21%
- 483	02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	309 874,00	309 543,00	245 256,96	245 256,96	245 256,96	2,90%	79,23%
- 434	02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	71 268,00	70 848,00	53 956,53	53 956,53	53 956,53	0,64%	76,16%
- 439	04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5 666,00	7 646,00	395,84	395,84	395,84	0,00%	5,18%
- CAPITAL		24 922,00	17 524,00	17 154,57	17 154,57	15 832,59	0,20%	97,89%
- Esforço financeiro nacional (OE)		24 922,00	17 524,00	17 154,57	17 154,57	15 832,59	0,20%	97,89%
- 331	07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	24 922,00	17 524,00	17 154,57	17 154,57	15 832,59	0,20%	97,89%
Total Geral		8 574 017,00	8 586 523,00	8 470 312,14	8 470 312,14	8 448 202,46	100,00%	98,65%

Quadro n.º 2 – Estrutura e execução da Despesa

Neste orçamento, a despesa executada distribui-se por diversas fontes de financiamento.

A despesa executada concentrou-se basicamente nas despesas correntes e despesas de capital.

A maior relevância verifica-se para as despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional no agrupamento das despesas correntes, na fonte financiamento 311, representando assim um peso considerável no orçamento de despesa, com principal destaque para o agrupamento económico das despesas com pessoal, apresentando uma dotação inicial de 7.830.521,00 EUR, no período em análise contabilizou um montante de 7.860.278,00 EUR de dotação corrigida, no encerramento

850,00 EUR, ao longo do exercício económico as obrigações processadas apresentaram um montante de 639,55 EUR, e no final do exercício económico apresentou o mesmo montante global de obrigações pagas.

Tendo em conta, as despesas efetuadas com financiamento da UE na fonte de financiamento 439 – ERASMUS, estas apresentam um montante 7.646,00 EUR de dotação corrigida, no período em análise contabilizou um montante de 395,84 EUR de obrigações processadas e pagas.

Relativamente às despesas com fonte de financiamento 483 no agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes aquisição de bens e serviços correntes, apresentaram uma dotação inicial de 309.874,00 EUR, seguidamente registaram uma dotação corrigida no montante de 309.543,00 EUR e no final do exercício económico alcançaram um montante de 245.256,96 EUR de obrigações processadas e pagas.

No período de 2024 as despesas com a fonte de financiamento 484 no agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes aquisição de bens e serviços correntes, apresentaram uma dotação inicial de 71.208,00 EUR seguidamente registaram uma dotação corrigida no montante de 70.848,00 EUR e durante o exercício económico ajustaram para um montante de 53.956,53 EUR de obrigações processadas e pagas.

Evolução da despesa

A despesa paga no orçamento relativo ao exercício de 2024 ascendeu ao montante global de 8.470.312,14 EUR.

No período de 2024, a despesa paga referente à fonte financiamento 311, concentrou-se basicamente nas despesas correntes. O pagamento nas despesas correntes foi de 8.453.157,57 EUR com maior reflexo no agrupamento económico de despesas com o pessoal no montante de 7.860.264,90 EUR. Seguindo-se a despesa relativa à fonte financiamento 381, com maior destaque no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes, correspondendo ao montante de 153.665,12 EUR de despesa paga. Seguido do agrupamento económico de transferências correntes no montante de 13.444,99 EUR de obrigações pagas, e com

Indicadores orçamentais

Indicador	Formula de cálculo	2024	2023	Var %
Grau de Execução Orçamental da Receita (%)	Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	98,9%	99,6%	-1%
Grau de Execução Orçamental da Despesa (%)	Despesa paga líquida / Dotações corrigidas	98,7%	99,4%	-1%
Grau de Realização das Liquidações (%)	Recebimentos / Liquidações	100,0%	100,0%	0%
Grau de execução das Obrigações (%)	Pagamentos / Obrigações	99,7%	99,7%	0%
Indicador de estrutura da receita efetiva	Receita cobrada efetiva/Total receita cobrada efetiva	100,0%	100,0%	0%
Indicador de estrutura da despesa efetiva	Despesa paga efetiva/ Total despesa paga efetiva	98,6%	99,4%	-1%
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	2 047,71	- 9 393,31	-122%
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	-	-	-
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	2 086,63	- 9 341,53	-122%
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	2 047,71	- 9 393,31	-122%

Quadro n.º 3 – Indicadores orçamentais

3.2 ÓTICA DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Neste relato serão analisados os factos que julgamos mais pertinentes, comentando-se os aspetos que consideramos mais relevantes.

A realidade económica e financeira da Escola Básica e Secundária Dr. Luis Maurílio da Silva Dantas é particularmente uniforme na sua dinâmica ao longo dos últimos exercícios económicos, onde se pode verificar que o financiamento da sua atividade principal assenta fundamentalmente, como já foi referido anteriormente, nas transferências do Orçamento da RAM.

Ao nível do registo contabilístico dos fatos patrimoniais, importa salientar que em 2018 a adoção do novo referencial normativo aplicado a contabilidade pública (SNC-AP), implicando um conjunto de ajustamentos transversal em toda a estrutura contabilística da escola.

Situação Económica

Gastos operacionais

Os Gastos Operacionais, registaram um montante global de 8.233.311,38 EUR (cfr. quadro infra).

Rendimentos operacionais

No ano económico de 2024, os rendimentos operacionais resultantes dos movimentos contabilizados, totalizaram um montante de 8.413.921,71 EUR.

Rendimentos operacionais	2024	%	2023	%	Variação	Variação %
Impostos, contribuições e taxas	305,00	0,00%	215,00	0,00%	90,00	41,86%
Vendas	5 019,24	0,06%	5 055,80	0,06%	-36,56	-0,72%
Prestações de serviços e concessões	114 968,12	1,37%	122 787,42	1,54%	-7 819,30	-6,37%
Variações nos inventários da produção						-
Trabalhos para a própria entidade						-
Transferências e subsídios correntes obtidos	8 248 832,76	98,04%	7 779 105,17	97,81%	+469 727,59	6,04%
Outros rendimentos	44 796,59	0,53%	46 296,51	0,58%	-1 499,72	-3,24%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares						-
Total	8 413 921,71	100,00%	7 953 459,70	100,00%	+460 462,01	5,79%

Quadro n.º 6 – Estrutura de Rendimentos Operacionais

Entre os rendimentos operacionais, a categoria de maior destaque foi a de transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, que ascendeu o valor de 8.248.832,76 EUR, correspondendo a cerca de 98,04% do total dos rendimentos operacionais.

Os restantes proveitos assumem uma expressão ínfima no cômputo do total dos proveitos. Destaca-se a categoria de prestações de serviços e concessões no montante de 114.968,12 EUR com um peso aproximadamente de 1,37%, seguida de outros rendimentos no montante de 44.796,59 EUR com um peso de cerca de 0,53%, seguida de vendas no montante de 5.019,24 EUR correspondendo a cerca de 0,06%, e por fim dos impostos, contribuições e taxas no montante de 305,00 EUR com um peso inferior a 0,01% (cfr. quadro n.º 6).

Financiamento da atividade

Em 2024 não foram observados gastos nem rendimentos associados ao financiamento da exploração da atividade, facto que se aceita atendendo às limitações colocadas ao nível do endividamento público e às restrições impostas pelas regras da execução orçamental a que as instituições públicas estão sujeitas.

Demonstração de Resultados



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

SNC-AP

APOS APURAMENTOS 2024

DIVISA: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Impostos, contribuições e taxas		305,00	215,00
Vendas		5 019,24	5 055,80
Prestações de serviços e concessões		114 968,12	122 787,42
Transferências e subsídios correntes obtidos	23.5	8 248 832,76	7 779 105,17
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos c			
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos		-78 628,16	-79 303,78
Fornecimentos e serviços externos	23.4	-365 226,15	-326 929,62
Gastos com o pessoal		-7 775 616,24	-7 365 597,45
Transferências e subsídios concedidos		-395,84	-21 233,80
Prestações sociais		-13 444,99	-8 277,40
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciaáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	23.6	44 796,59	46 296,31
Outros gastos			-306,60
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		180 610,33	151 811,05
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23.7	-156 501,75	-139 356,20
Imparidade de investimentos depreciaáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24 108,58	12 454,85
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-38,92	-51,78
Resultado antes de impostos		24 069,66	12 403,07
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		24 069,66	12 403,07

Handwritten signature and initials.

Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		4 169,67	3 778,96
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos correntes			1 321,96
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar	23,3	978 802,66	1 066 093,40
Diferimentos			
Passivos financeiros cedidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Total do passivo		982 972,33	1 091 982,06
Total do património líquido e do passivo		1 438 456,09	1 539 126,52

Lançamentos de abertura do exercício

No âmbito da aplicação do novo normativo contabilístico SNC-AP, as primeiras demonstrações financeiras foram preparadas de forma comparativa de acordo com as NCP relevantes, utilizando os modelos emanados no Manual de Implementação.

3.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apresenta um montante de 24.069,66 EUR, face ao resultado líquido obtido, o Conselho Administrativo propõe a afetação deste resultado à conta de Resultados Transitados.

Câmara de Lobos, 24 abril de 2025

O Conselho Administrativo



